



ESTADO-MAIOR DA AERONÁUTICA

COMUNICADO DIRAP Nº 006/DPC, DE 01 JUL 2004

Base Legal: Constituição Federal de 1988
EC nº 41/2004, 34/2001, 20/1998 e 19/1998
Leis nº 8.745/93, 8.112/90 e 7.596/87
Decreto nº 94.664/87
Parecer nº GQ-145/98 da AGU
Pareceres nº CGR-559-H/67 e DRH-246/90
Parecer DASP de 15/07/79 (Processo nº 13.071/79)
Instrução Normativa nº 44/TCU, de 02/10/02
Resolução TCU nº 152, de 02/10/02
Ofício-circular nº 63/4EM/COMGEP, de 29/06/99
Ofício-circular nº 44/4EM/COMGEP, de 03/09/98
Ofício-circular nº 07/SAF, de 28/06/90
Ofício-circular nº 03/SAF, de 03/04/89
Ofício nº 240/99 – COGLE/DENOR/SRH, de 19/08/99
Decisão nº 322/01, 2ª Câmara- D.O.U. 23/01/02
Nota Técnica nº 36/COGEN/SRH/MP, de 09/08/02
Comunicado DPC nº 006/2PC/03

Informo aos senhores Comandantes, Diretores e Chefes de Organizações Militares (OM) que este Comunicado contém orientações e atribuições que devem ser observadas quando da posse e do exercício dos candidatos habilitados em concursos públicos e destinados ao Comando da Aeronáutica (COMAER).

1 - DA NOMEAÇÃO

1.1. Feita em caráter efetivo, nos casos de cargo isolado de provimento efetivo ou de carreira, com a exigência prévia de habilitação em concurso público de provas ou de provas e títulos, obedecidos a ordem de classificação e o prazo de sua validade.

1.2. É da competência da DIRAP a nomeação dos candidatos habilitados em concurso público e destinados ao Comando da Aeronáutica e suas respectivas lotações nas OM. A nomeação é o ato de provimento publicado em Diário Oficial da União (D.O.U.).

1.3. Antes da publicação da nomeação em D.O.U., a DIRAP comunicará a relação dos candidatos destinados a cada OM.

2 - DA POSSE

2.1. A investidura do novo servidor em cargo público ocorrerá com a posse, que poderá dar-se mediante procuração específica.

2.2. A posse ocorrerá com a assinatura do respectivo termo, no qual deverá constar as atribuições, os deveres, as responsabilidades e os direitos inerentes ao cargo ocupado, que não poderão ser alterados unilateralmente, por qualquer das partes, ressalvados os atos de ofício previstos em lei.

2.3. O prazo é de 30 (trinta) dias para que o candidato habilitado tome posse, contados da publicação da nomeação, em D.O.U.

2.4. Caso o candidato habilitado já seja servidor e esteja licenciado ou afastado por um dos motivos abaixo relacionados, o prazo será contado do término do impedimento:

- por motivo de doença em pessoa da família;
- para o serviço militar;
- para capacitação;
- férias;
- participação em programa de treinamento regularmente instituído, conforme dispuser o regulamento;
- júri e outros serviços obrigatórios por lei;
- licença:
- à gestante, à adotante e à paternidade;
- para tratamento da própria saúde, até o limite de 24 (vinte e quatro) meses, cumulativamente ao longo do tempo de serviço público prestado à União em cargo de provimento efetivo;
- por motivo de acidente em serviço ou doença profissional;
- para capacitação, conforme dispuser o regulamento;
- para convocação para o serviço militar;
- deslocamento para a nova sede de que trata o Art. 18 da Lei nº 8.112/90; e
- participação em competição esportiva nacional ou convocação para integrar representação desportiva nacional, no País ou no exterior, conforme disposto em lei específica.

2.5. No momento da posse, o candidato habilitado apresentará a Declaração de Bens e Valores (Anexo IV) que constituem seu patrimônio e Declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo III).

2.6. A nomeação será tornada sem efeito se a posse não ocorrer no prazo estabelecido de 30 (trinta) dias, contados da publicação do ato de provimento, em D.O.U.

2.7. A inspeção médica oficial é obrigatória e prescinde à posse, pois só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo.

3 - DO EXERCÍCIO

3.1. É o efetivo desempenho das atribuições do cargo público ou da função de confiança.

3.2. É de 15 (quinze) dias o prazo para o candidato habilitado entrar em exercício, contados da data da posse.

3.3. O candidato habilitado será exonerado do cargo, se não entrar em exercício no prazo de 15 (quinze) dias.

3.4. O Comandante, Diretor ou Chefe da OM é a autoridade competente para dar posse e exercício ao candidato habilitado. Nas OM sediadas na área do Rio de Janeiro, a posse é da competência da DIRAP e o exercício é da OM.

~~3.5. Ao entrar em exercício, o candidato habilitado, já servidor, ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.~~

“...3.5 - Ao entrar em exercício, o candidato habilitado, já servidor, ficará sujeito a estágio probatório por período de 36 (trinta e seis) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo.” RETIFICAÇÃO (BCA Nº 146 de 05-08-2004)

4 - DA ACUMULAÇÃO

4.1. Conforme Constituição Federal (CF/88), é vedada a acumulação remunerada de cargos públicos, exceto quando houver compatibilidade de horários (Art. 37, inciso XVI):

- a) - a de dois cargos de professor;
- b) - a de um cargo de professor com outro técnico ou científico; e
- c) - a de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas (EC nº 34/2001).

4.2. É vedada a percepção de mais de uma aposentadoria à conta de regime de previdência prevista no Art. 40, da CF/88, alterada pela EC nº 20/98, ressalvadas as aposentadorias decorrentes dos cargos acumuláveis na forma da referida Constituição, conforme § 6º do citado artigo.

4.3. A proibição de acumular estende-se a empregos e funções e abrange autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações mantidas pelo poder público.

4.4. O § 10, do Art. 37, da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, estabelece que é vedada a percepção simultânea de proventos de aposentadoria originadas dos Arts. 40, 42 (Polícia Militar e Corpo de Bombeiros) e 142 (militares das forças armadas) com remuneração de cargo, emprego ou função pública. Com exceção dos cargos acumuláveis previstos na Constituição, os cargos efetivos e os cargos em comissão declarados em lei de livre nomeação e exoneração.

4.5. Ressalvados os cargos ou empregos acumuláveis previstos na CF/88, será facultado ao aposentado que, após 16 DEZ 1998, data da EC nº 20/98, prestar concurso público para provimento de cargo efetivo ou emprego público e, sendo habilitado e classificado, somente tomará posse do cargo efetivo ou assumirá o emprego permanente, na Administração Pública Federal direta, nas autarquias, fundações mantidas pelo poder público, nas empresas públicas e nas sociedades de economia mista, após optar pela remuneração do cargo ou emprego, conforme o caso.

4.6. Na hipótese de cargos ou empregos públicos lícitamente acumuláveis, o servidor que os exerce ou venha a exercer, deverá declarar o fato ao setor de Recursos Humanos da OM, cabendo a este setor atestar a licitude da acumulação.

4.7. O Parecer nº GQ-145, da Advocacia Geral da União (AGU), publicado no D.O.U. nº 62, de 01 ABR 1998, torna ilícita a acumulação de dois cargos ou empregos de que decorra a sujeição do servidor a regimes de trabalho que perfaçam o total de oitenta horas semanais, pois não se considera atendido, em tais casos, o requisito da compatibilidade de horários.

4.8. A compatibilidade de horários somente será admitida quando houver possibilidade de cumprimento integral da jornada ou do regime de trabalho, em turnos completos, fixados em razão do horário de funcionamento do órgão ou entidade a que o servidor pertencer.

4.9 Conforme Parecer CGR-559-H, D.O.U. de 15 SET 1967 e Parecer DRH nº 246, de 20 JUN 1990, a suspensão do contrato de trabalho e a licença para tratamento de interesses particulares

não descaracterizam o regime acumulatório, porquanto permanece a titularidade dos cargos/empregos ocupados. O servidor, ao ser licenciado para tratar de interesses particulares, não adquire direitos novos, não previstos em lei, e não se desvincula do cargo. Continua a ser servidor público e sujeito a sua legislação. Admitir que o servidor licenciado sem remuneração possa acumular outro cargo, função ou emprego público, seria admitir que este servidor tem direitos que o servidor não licenciado não tem.

4.10. O Decreto nº 94.664/87 que aprova o Plano Único de Classificação e Retribuição de Cargos e Empregos de que trata a Lei nº 7.596/87, determina que o professor com dedicação exclusiva, com obrigação de prestar 40 (quarenta) horas semanais de trabalho em dois turnos diários completos, encontra-se impedido de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

4.11. O docente em regime de dedicação exclusiva, mesmo estando em licença para tratar de interesses particulares, encontra-se impedido de exercer outra atividade remunerada, seja ela exercida em entidade pública ou privada, haja vista o caráter de regime de dedicação exclusiva, excetuada a hipótese de o servidor poder declinar o regime de dedicação exclusiva.

4.12. Da mesma forma, o docente aposentado com regime de dedicação exclusiva encontra-se impedido de exercer outra atividade remunerada, seja exercida em entidade pública ou privada, excetuada a hipótese de o inativo poder declinar o regime de dedicação exclusiva.

4.13. O docente aposentado, sem o regime de dedicação exclusiva, poderá ocupar outro cargo ou emprego de professor com ou sem o regime de dedicação exclusiva, conforme Despacho S/N, processo nº 23073.006218/2003-71 do COGLE, de 30 MAIO 2004.

4.14. À luz da EC nº 34/2002 e legislação vigente, o servidor não pode acumular dois cargos de Técnico em Radiologia ou similar, conforme Nota Técnica nº 36/COGEN/SRH/MP, de 09 AGO 2002.

5 - ATRIBUIÇÕES ÀS ORGANIZAÇÕES MILITARES

5.1. Mesmo antes da publicação, em D.O.U., da nomeação dos candidatos habilitados, a OM, assim que tiver sido oficializada da relação dos candidatos habilitados, deverá providenciar notificação escrita (carta, telegrama ou jornal de grande circulação, ou até mesmo, um portador), avisando-os que deverão comparecer à OM logo após a publicação da nomeação em D.O.U., tendo em vista que terão somente 30 (trinta) dias para tomar posse.

5.2. Quando da convocação do candidato, os seguintes documentos (original e cópia) serão obrigatórios. A cópia será autenticada pelo agente de RH e ficará arquivada na OM:

- carteira de identidade;
- C.P.F. (Cadastro de Pessoa Física);
- título de eleitor;
- PIS/PASEP;
- certificado ou diploma de conclusão de escolaridade exigida para o desempenho do cargo, devidamente registrado no MEC, não sendo aceito a declaração. Vide edital do concurso;
- certidão de nascimento;
- certidão de casamento (se for o caso);
- certidão de nascimento de filhos ou dependentes legais (se for o caso);
- certificado de serviço militar (se for o caso);
- declaração de bens e valores (Anexo IV); e
- declaração quanto ao exercício ou não de outro cargo, emprego ou função pública (Anexo III).

5.3. Encaminhar o candidato habilitado à inspeção de saúde, por Junta Regular de Saúde da Aeronáutica, o mais rápido possível, lembrando que só poderá ser empossado aquele que for julgado apto física e mentalmente para o exercício do cargo, e também pela assinatura do Termo de Posse (Anexo I).

5.4. Remeter à DIRAP, via Rd, MD ou Fac-símile, a data da posse do candidato habilitado, que será publicada em Boletim do COMAER (BCA) e, posteriormente, transcrito no Boletim Interno da OM para a qual foi convocado.

5.5. Determinar que o candidato habilitado assine o Termo de Desistência (Anexo II), caso desista de ser empossado. Comunicar, imediatamente, a DIRAP, para que esta faça a anulação da nomeação e providencie a convocação de outro candidato habilitado.

5.6. Com a assinatura do Termo de Posse (Anexo I), o candidato habilitado deverá tomar conhecimento do previsto no subitem 2.2 e, também, apresentará o que consta no subitem 2.5, e se acumular ou venha acumular lícitamente cargos ou empregos públicos, deverá declarar o fato, cabendo o chefe de R.H. e o controle interno da OM atestarem a licitude de acumulação, conforme o item 4 – DA ACUMULAÇÃO.

5.7. Solicitar que o candidato habilitado preencha e assine a Declaração de Acumulação ou não de cargos ou empregos públicos (Anexo III).

5.8. Verificar se o candidato habilitado acumula cargos ou empregos no serviço público federal, estadual ou municipal, nos termos do Art. 118, § 1º da Lei nº 8.112/90 e Art. 37, inciso XVI da CF/88, com redação dada pela EC nº 20/98, e se percebe proventos de aposentadoria decorrentes dos artigos 40, 42 ou 142. Caso o candidato habilitado queira tomar posse em cargo inacumulável, a OM, em princípio, não poderá empossá-lo. Insistindo, deverá o fato ser imediatamente comunicado à DIRAP, que prestará as orientações pertinentes.

5.9. Quando lícita a acumulação dos cargos ou empregos públicos, de candidato habilitado, com base no subitem 4.1, verificar a compatibilidade de horários, conforme subitens 4.7 e 4.8.

5.10. Caso o candidato habilitado vá ocupar no COMAER um cargo de Técnico de Radiologia ou similar, atentar para o previsto no subitem 4.14.

5.11. Quando o candidato habilitado for ocupar cargo de magistério, verificar se exerce outro cargo de professor. Se este cargo for com dedicação exclusiva, somente poderá ocupar o cargo no COMAER se declinar do regime de dedicação exclusiva do outro cargo que ocupa de magistério. Esta recomendação é também válida para os que são inativos e recebem os proventos em regime de dedicação exclusiva, conforme os subitens 4.10 e 4.12.

5.12. Verificar se o candidato habilitado já é ocupante de cargo ou emprego público e se está em licença para tratar de interesse particular (Art. 91, da Lei nº 8.112/90). Somente poderá tomar posse e entrar em exercício no cargo do COMAER se for lícita a acumulação. Observar o previsto no item 4 – DA ACUMULAÇÃO.

5.13. Informar à DIRAP, via Rd, MD ou fac-símile a data de exercício do candidato habilitado, já servidor, para que esta publique em BCA e, posteriormente seja transcrito no Boletim Interno da OM.

5.14. Encaminhar à DIRAP o processo de admissão, com as cópias dos documentos do candidato empossado, para que esta confira e providencie o preenchimento da Ficha SISAC – Sistema de Avaliação e Registro dos Atos de Admissão e Concessões, conforme Ofício-circular nº 44/4EM/COMGEP, de 03 SET 1998 e orientações contidas na IN nº 44/TCU, de 02 OUT 2002 e Resolução TCU nº 152, de 02 OUT 2002.

5.15 Durante uma semana, o novo servidor deverá ter conhecimento da Lei nº 8.112/90, principalmente o previsto no subitem 2.2 e as normas vigentes relativas a pessoal civil.

6 - CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA

6.1. Com base na Lei nº 8.745, de 09 DEZ 1993, é proibida a contratação de servidores da Administração direta ou indireta da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como de empregados ou servidores de suas subsidiárias e controladas, prevista nesta lei, com exceção à contratação de professor substituto nas instituições federais de ensino, desde que o contratado não ocupe cargo efetivo, integrante das carreiras de magistério de que trata a Lei nº 7.596, de 10 ABR 1987, e condicionada à formal comprovação da compatibilidade de horários. A penalidade aplicada, sem prejuízo da nulidade do contrato à infração no presente caso, importará responsabilidade administrativa da autoridade contratante e do contratado, inclusive, se for o caso, solidariedade quanto à devolução dos valores pagos ao contratado.

6.2. O servidor ativo, mesmo com suspensão do contrato de trabalho ou licença para tratamento de interesses particulares, não poderá ser contratado, tendo em vista os subitens 4.9, 4.10 e 4.11, salvo se a acumulação for lícita, com base no subitem 4.1, e desde que se enquadre nos subitens 4.3, 4.4, 4.7 e 4.8.

6.3. É incabível a acumulação de proventos da inatividade com retribuição pelo contrato temporário, ressalvadas as hipóteses de acumulação, conforme subitem 4.1.

(Item 6/DPC/2004)

ANEXO DO COMUNICADO DIRAP nº 006/DPC, de 01 JUL 2004

Anexo I

TERMO DE POSSE

O (Comandante, Diretor ou Chefe de OM), tendo em vista o disposto no Art. 13, da Lei nº 8.112, de 11 de dezembro de 1990, com redação dada pela Lei nº 9.527, de 10 de dezembro de 1997, empossa nesta data o(a) servidor (a) _____, nomeado pela Portaria nº _____, de _____ de _____ de _____, publicada no Diário Oficial, _____ de _____ de _____ de _____, Seção 2, página _____, para exercer o cargo efetivo de _____, classe _____, padrão/nível _____, habilitado(a) em Concurso Público.

O(A) servidor(a) apresentou os documentos exigidos por Lei e prestou o compromisso de fielmente cumprir com os deveres e atribuições do cargo, bem como comprometeu-se a observar o código de ética profissional do servidor público civil do Poder Executivo Federal, aprovado pelo Decreto nº 1.171, de 22 de junho de 1994, anexando a este termo a declaração de acumulação ou não de cargo, emprego ou função pública.

Para constar, eu _____, com exercício na _____ pelo presente termo, que vai assinado.

local e data

assinatura do empossado

assinatura do Comandante, Diretor ou Chefe de OM

Anexo II

DECLARAÇÃO DE DESISTÊNCIA

Declaro, junto ao Órgão de Pessoal Civil do Comando da Aeronáutica, que desisto de assumir o cargo de _____ para o qual fui habilitado(a) por Concurso Público realizado pelo _____, (nome do Órgão) classificado(a) em _____ lugar, conforme consta do Edital de Homologação, nº _____, publicado no D.O.U. de ____/____/____.

local e data

assinatura do concursado

assinatura da autoridade responsável

Anexo III

DECLARAÇÃO SOBRE OCUPAÇÃO DE CARGO, EMPREGO OU FUNÇÃO NO SERVIÇO PÚBLICO

_____,
(nome)

(endereço)
_____, habilitado(a) no concurso público para o
(cidade) (UF)
cargo de _____,
(nome do cargo/especialidade)
realizado pelo _____ conforme publicado no D.O.U. de
_____/_____/_____, declaro que exerço () / não exerço () cargo ou função no serviço
público federal, estadual ou municipal, nos termos do Art. 118, § 1º da Lei 8.112/90 e Art. 37, inciso
XVI da CF com redação dada pela EC nº 19/98, e que percebo () / não percebo () proventos de
aposentadoria decorrentes do Art. 40, Art. 42 ou do Art. 142 da Constituição vigente.

Caso exerça ou perceba proventos de aposentadoria, indicar abaixo: o nome do cargo
ou função, o Órgão de exercício, a jornada de trabalho e no caso de docente, se percebe () / não
percebe () dedicação exclusiva.

local e data

assinatura do concursado

assinatura da autoridade responsável

Anexo IV

DECLARAÇÃO DE BENS E VALORES

Declaro junto ao Órgão de Pessoal Civil do Comando da Aeronáutica que, nesta data, ao ser nomeado(a) para o cargo de _____ como concursado(a), os bens, quitados ou não, e os valores que possuo, são os seguintes:

local e data

assinatura do concursado

assinatura da autoridade responsável